



PODER

Reforma tributária testará força de Lula

Com a reeleição de Lira e Pacheco, governo mede poder de articulação nas Casas com pauta, que deve ser prioridade

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

A força de articulação do novo Congresso Nacional será amplamente testada para a aprovação de uma série de pautas pendentes. Uma das mais alardeadas nos discursos de ambos os líderes das Casas — reeleitos com folga nas votações da última semana — é a reforma tributária, que deve ser prioridade para este ano. Na abertura do ano Legislativo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) defendeu a busca por uma solução definitiva.

“Não tenho dúvidas de que a simplificação do nosso sistema tributário terá efeitos positivos na arrecadação e na justiça social. O Brasil há muito clama por uma solução definitiva para esse desafio. Essa questão pontual se insere, é claro, no contexto da busca por uma sintonia fina entre os objetivos econômicos e as prioridades sociais, que são muitas”, pontuou.

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também mencionou o desafio, especialmente relacionado ao aumento da inflação. Pacheco defende o enfrentamento do problema por meio do planejamento e medidas efetivas, como a reforma tributária, “a fim de simplificar, agilizar e baratear as atividades da iniciativa privada”.

O tema também foi tratado como prioridade pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e as bancadas do PT e do governo federal. Segundo o líder do governo Câmara, deputado José Guimarães (CE), a expectativa é de que a proposta seja votada até o fim do ano. Como a reforma tributária é muito ampla, o governo não vai enviar uma proposta do zero. Para ganhar celeridade, vai aproveitar a PEC 45/2019, da Câmara.

Havia também a opção de iniciar a tramitação pelo Senado, a partir da PEC 110/2019. Houve uma queda de braço interna entre Lira e Pacheco, mas o chefe da Câmara e recém-aliado de Lula mostra gozar de maior prestígio neste início de legislatura.

Segundo discursos de Lira e Pacheco nos últimos dias, essa deverá ser a saída e os termos de interesse do governo a serem

Ed Alves/CB/DA.Press



Lideranças petistas dizem que plano do governo é aprovar o texto até o fim de abril, seja no Senado seja na Câmara

Impostos em debate

Especialistas avaliam o que deve ser prioridade na reforma tributária

Tributação no destino

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é um tributo híbrido, em que parte é destinado aos estados que produzem mercadorias ou prestam serviços, e a outra parte vai para onde se consome. Um dos tópicos do debate é voltar totalmente para repasse ao destino, possibilitando maiores investimentos em áreas como educação e saúde.

Receitas arrecadadas no tributos dos destinos

A partir da arrecadação nos destinos, a distribuição destes recursos deve ter base em critérios populacionais. Atualmente, é levado em consideração o valor adicionado para a definição do destino de recursos, como ocorre no caso do ICMS. A mudança privilegiaria uma redistribuição de renda.

Conciliação de Interesses

Tendo em vista que a carga tributária no país já é alta, é necessário a conciliação da reforma com os interesses dos entes federativos. Qualquer aumento deve ser compensado com alguma desoneração. Ou seja, é preciso “cobrar mais de quem tem mais e cobrar menos de quem tem menos”, diz André Mendes Moreira, advogado tributarista.

Fonte: Paulo Caliendo, professor do programa de pós-graduação em Direito da PUCRS, e André Mendes Moreira, advogado tributarista, sócio do Sacha Calmon e Misabel Derci Consultores e Advogados

colocados na proposta serão discutidos com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, além das bancadas no Congresso. Guimarães e outras lideranças petistas

afirmam que o plano do governo é aprovar o texto até o fim de abril em uma das casas. Desde a derrota de Bolsonaro para Lula no ano passado, o

discurso da oposição passou a ser de compor uma “oposição consciente”. Sobre a possibilidade de reforma tributária, lideranças do bloco formado por PL, PP

e Republicanos afirmam que a pauta é de interesse do Congresso, mas vão trabalhar para impedir eventuais “jabuticabas” inseridas no projeto e trabalhar por uma reforma de bons termos e que simplifique o sistema tributário brasileiro.

“Nós vamos fazer uma posição qualificada pragmática, programática e qualificada. Nós tínhamos um legado a defender, eles não tinham. Eles atuavam para achar problema e todo dia era todo dia um caos diferente, sem agenda. Eles (antiga oposição) eram soldados de plantão. Eles escalavam meia dúzia de parlamentar para ficar no Plenário o dia inteiro de plantão pra falar mal. Não importa o assunto”, disse o deputado federal Evair de Melo (PL-ES).

Momento ideal

Para o professor do programa de pós-graduação em Direito da PUCRS, Paulo Caliendo, o momento é perfeito para

a realização de uma reforma tributária ainda em 2023. “Primeiro, nós temos um antecedente de muitas discussões que ficaram maduras no Congresso Nacional como a PEC 45 e a PEC 110”, explica.

Apesar das divergências, o especialista lembra que um conjunto de propostas se tornou unânime. “Por exemplo, nós devemos ter uma tributação que tribute no destino e não mais na origem, como é no Brasil. Que a repartição de receitas arrecadadas por esse tributo no destino seja feito com base em critérios populacionais e não mais sobre o valor adicionado, como é feito hoje no ICMS. Isso privilegiaria a redistribuição de renda no Brasil e melhoraria o ambiente social e econômico no país”, cita. Para Caliendo, ainda, o governo que se inicia tem o capital político necessário para bancar tal discussão.

O advogado tributarista André Mendes Moreira, sócio do Sacha Calmon e Misabel Derci Consultores e Advogados, salienta que é preciso conciliar os interesses dos entes federativos em arrecadar os tributos com o fato de que a carga tributária brasileira já é alta. “É preciso que se lembre que, a despeito da necessidade de que todos contribuam com a sua parte de forma justa na sociedade, já existe um nível de tributação elevado, de modo que qualquer aumento de carga deve ser compensado por alguma desoneração em outros segmentos, sempre tendo em vista o princípio da capacidade contributiva. Ou seja, cobrar mais de quem tem mais e cobrar menos de quem tem menos”, destaca.

Moreira entende que a complexidade da discussão ocorre, em especial pela dificuldade de se mensurar precisamente as consequências financeiras de uma reforma tão robusta. “Salvo ajustes simples (aumento ou redução de alíquotas), uma reforma integral do sistema leva o país a uma nova realidade. A adaptação pode demorar alguns anos, a arrecadação pode cair, alguns setores podem ser fortemente prejudicados. Enfim, tudo isso dificulta a tomada de decisão”, detalha.

Maior, bancada feminina luta para ter mais voz

» VÍCTOR CORREIA

Com representatividade recorde nas Casas Legislativas, as mulheres cobram agora espaços de liderança dentro do Legislativo. Parlamentares chamam atenção para o fato de que, mesmo tendo o maior número de representantes da história na Câmara (91) e no Senado (15), elas ficaram com pouquíssimo espaço nas duas Mesas Diretoras. Com a definição das presidências das Comissões durante a semana que passou, a cobrança é para que um número maior delas seja ocupado por mulheres.

“Eu acho que nós iniciamos a legislatura com uma contradição: nós ampliamos o número de mulheres, o que é muito positivo, mas diminuímos o número de mulheres na Mesa Diretora. De três, agora só tem eu”, disse a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) ao **Correio**.

“Na próxima semana, quando for debatido as comissões, isso pode ser compensado. A gente reivindica mais mulheres no comando.”

Na 57ª Legislatura, a Câmara subiu de 77 mulheres eleitas em 2019 para 91 em 2023. No Senado, logo após a eleição, o cenário era pessimista: a expectativa era de que a bancada feminina caísse de 12 para 11 senadoras. Porém, como vários parlamentares foram escolhidos para chefiar os ministérios do novo governo, o número de senadoras saltou para 15, com a entrada das suplentes na sexta-feira. Dos cinco ministros que se licenciaram dos mandatos, quatro têm mulheres como primeiras suplentes. Caso deixem as pastas, porém, eles retornam ao Senado.

“Faz bem para a democracia renovar o parlamento com a experiência das parlamentares. A presença de mulheres em todas

as instâncias e ramos dos espaços de poder é exigência de uma sociedade plural”, celebrou a procuradora especial da Mulher do Senado, Leila Barros (PDT-DF). “É uma bancada com representantes de diferentes campos políticos. Tenho confiança de que, assim como na última Legislatura, haverá união entre as senadoras para encontrar as soluções legislativas necessárias para a defesa dos direitos das mulheres”, acrescentou.

Durante a votação da Mesa Diretora do Senado, na quinta, a senadora foi uma das que denunciaram a falta de mulheres nos cargos. “Venho reiterar aqui a ausência de uma figura feminina na Mesa do Senado Federal. Peço apenas a reflexão de todos os senadores, dos líderes dos partidos, porque sei que são os ritos da Casa, mas ainda seguimos com uma grande dificuldade de

entendimento desta Casa quanto à participação das mulheres dentro dos processos de decisão aqui. Estamos no século 21 e não é mais possível que toda vez que se tem um processo nesta Casa, uma senadora tenha de se levantar e dizer presente. Nós existimos!”

Questionada sobre as ações que a bancada feminina do Senado vai tomar, Leila respondeu que a Casa ainda passa pelo processo de definir blocos, comissões e lideranças. Após esse processo, as parlamentares irão se reunir para acertar a linha de atuação. “Particularmente, eu sou uma defensora da adoção de ações afirmativas para eliminarmos essas distorções históricas que relegam a mulher a um segundo plano na política. O fato é que, desde 2015, pelo menos, a reserva de cadeiras no Parlamento já é objeto de projetos de lei que reservam 10%, 12%, 30%,

mas sem o menor sucesso de aprovação”, explicou a senadora.

Na Câmara, a bancada feminina entregou ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), uma carta-compromisso contanto pontos prioritários para a nova legislatura, incluindo a garantia da participação de mulheres na composição das Mesas Diretoras e nas presidências das comissões, de pelo menos 30%.

A deputada Maria do Rosário disse ainda que deve apresentar, nesta semana, uma proposta a Lira para que a Casa assine o programa HeForShe da Organização das Nações Unidas (ONU), que incentiva a participação de homens e pessoas de todos os gêneros na luta contra a violência contra as mulheres e pela paridade, “de forma que não só nós mulheres, mas a Câmara e ele (Lira) mesmo liderem uma atuação de homens também”.



Peço apenas a reflexão de todos os senadores, dos líderes dos partidos, porque sei que são os ritos do Senado, mas ainda seguimos com uma grande dificuldade de entendimento desta Casa quanto à participação das mulheres dentro dos processos de decisão aqui”

Leila Barros (PDT-DF), procuradora especial da Mulher do Senado